



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

**O TRABALHO DE CUIDADOS E A (IM)PERMANÊNCIA DAS MULHERES NO ENSINO
SUPERIOR: O CASO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRN**

WICTORIA KAROLAYNE DE SOUZA TARGINO¹

RESUMO:

Esta pesquisa tematiza sobre a permanência de mulheres no ensino superior, particularizando a experiência das estudantes do curso de Serviço Social da UFRN. Os questionamentos abordados giram em torno da discussão sobre trabalho de cuidados e impactos na vivência acadêmica, políticas estudantis e enfrentamentos ao sistema patriarcal-capitalista-racista.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Trabalho de Cuidados; Política Estudantil; Patriarcado.

ABSTRACT:

This research focuses on the retention of women in higher education, specifically examining the experiences of students in the Social Work program at UFRN. The questions addressed revolve around discussions on caregiving work and its impact on academic life, student policies, and challenges to the patriarchal-capitalist-racist system.

KEYWORDS: Higher Education; Caregiving Work; Student Policy; Patriarchy.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é fruto de pesquisa em andamento e busca analisar a inserção e permanência das mulheres no ambiente acadêmico, tendo em vista que hoje pesquisas apontam um grande número de mulheres adentrando o ensino superior e evoluindo nos graus do ensino (pós-graduação, mestrado, doutorado) (PEREIRA e NUNES, 2018). Como a exemplo do censo de

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2024 publicado pelo IBGE, que aponta a relação entre homens e mulheres no ensino superior, sendo a população de 25 anos ou mais com o referencial de 23,5% de mulheres brancas a frente de 20,7% de homens brancos e 10,4% de mulheres negras a frente de 7% de homens negros com ensino superior. Ainda que esses números sejam significativos, as mulheres ainda enfrentam muitos obstáculos na educação, tendo em vista que os cargos de coordenação, direção e chefia em geral são ocupados por homens; além disso, as pesquisas mais influentes ou que mais se destacam são comumente de direção masculina (VAZ, 2010).

Um dos determinantes para esta desigualdade é o fato de que as mulheres enfrentam um dos maiores obstáculos do sistema patriarcal², que é a responsabilização pelas atividades do cuidado. Já que no ambiente acadêmico, ao serem mães muitas vezes não desfrutam da política de creches e que ao serem filhas, irmãs ou parentes próximas, não têm uma bolsa que seja suficiente para o amparo dos familiares no que diz respeito à remuneração de outrem para o cuidado ao menos físico desses.

Um outro ponto a ser abordado trata da política de permanência estudantil no contexto de conjuntura política que presenciamos, onde em relação à assistência estudantil, esta não permite que haja reais condições de prosseguimento nas atividades da classe discente na universidade, sobretudo o público feminino.

Este trabalho tem como foco buscar identificar como as desigualdades de gênero se expressam no ensino superior, especialmente em relação à continuidade das mulheres na carreira acadêmica, em específico as discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tendo em vista ser um curso majoritariamente feminino e que carrega consigo um vasto espaço de análise de múltiplos fatores, que podem nos trazer uma visão ampla das consequências de um sistema de manutenção de desigualdades, sendo estas abarcadas pela imbricação de gênero-raça-classe.

O contexto atual, pós candidatura do Governo Lula a partir de 2023, abre nesta conjuntura um novo diálogo sobre as políticas de suporte ao cuidado, inserindo a Secretaria Nacional de Cuidados e Família, em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Social e Ministério da Mulher, que assinalou a necessidade de pautar novamente a defesa dos direitos das mulheres da

² Como bem situa Camurça (2007, p. 23) ao elaborar comentários sobre as proposições de Walby (1989), “a definição de patriarcado [se dá como um] sistema de estruturas práticas, no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Essas práticas, que expressam tais estruturas, se materializam no exercício de opressão e exploração das mulheres, no sentido em que reduz a experiência das mulheres em muitos casos marcada pelo apagamento social e violências sofridas ao longo de sua trajetória de vida.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classe trabalhadora brasileira, cujo foi descartada a discussão no governo Bolsonaro, entre os anos de 2019-2022.

Por isso, é importante também adentrar no campo de análise das circunstâncias neoliberais e conservadoras do Governo Bolsonaro (2019-2022), que fez com que a população sofresse ataques quanto aos direitos humanos, das mulheres e da família. Não sendo o suficiente, também houve ataques às políticas estudantis, que sofreram um grave sucateamento no direcionamento orçamentário.

Nesse sentido, a produção atual trata de uma pesquisa em andamento que tem como objeto geral identificar como as desigualdades de gênero na realização de atividades de cuidado na esfera familiar se expressam e impactam na permanência e trajetória estudantil das discentes do curso de Serviço Social da UFRN. Tendo como pontos de análise específicos: 1) Apreender e discutir a organização social do trabalho doméstico e de cuidados no contexto da sociedade patriarcal, capitalista e racista e na particularidade brasileira; 2) Compreender como a divisão sexual do trabalho e a atribuição desigual dos encargos domésticos e de cuidados vivenciadas por discentes se expressam no âmbito acadêmico e 3) Investigar as respostas das políticas de assistência estudantil no que visa o apoio às atividades de cuidado, sobretudo às alunas mães.

Para tanto, partimos da análise bibliográfica de autoras feministas materialistas, que têm como foco em suas análises a consubstancialidade, pois assim, poderemos abranger o diálogo sobre as variáveis existentes nessa temática, não deixando nenhum dos fatores anteriormente mencionados de fora. Quanto à política estudantil, permaneceremos com a análise qualitativa dos recursos disponibilizados nos sites da UFRN e análise de documentos publicados pelos governos Bolsonaro e Lula, além de verificação de conteúdos apresentados por sites como o IBGE, PNAD, MEC, entre outros que possam atender as condicionalidades apresentadas à como a questão estudantil das mulheres se expressa na realidade brasileira. E no que abrange a particularidade das alunas de Serviço Social no contexto da UFRN, partimos para a abordagem por meio de entrevistas, pelo motivo de que apenas o disposto pela PROAE e outros meios de informações locais não nos mostra com clareza as especificidades da vivência das alunas do curso que é o foco da presente pesquisa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2 TRABALHO DE CUIDADOS E MULHERES, IMBRICAÇÃO ENTRE GÊNERO-RAÇA-CLASSE

Neste tópico, abordaremos sobre a discussão da divisão sexual do trabalho como pauta principal, assim trazendo como pontos cruciais a reflexão crítica sobre o sistema vigente, capitalista-patriarcal-racista e suas consequências, compreendendo que o reconhecimento de tal imbricação é fundamental para uma análise crítica das relações sociais e das desigualdades que permeiam nossa sociedade.

Como nos diz Kergoat (2009. p. 67), homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas passam por construções sociais que os formam enquanto dois grupos envolvidos em uma relação social, que seriam as relações sociais de sexo. É importante compreendermos que essa divisão nos traz várias consequências, nos faz acreditar que a magnitude do ser está presente no seu sexo, na sua forma de se apresentar para a sociedade. Sendo mulher, se faz presente a verdade de que há fragilidade, há menos formação racional para decidir sobre seu dia a dia, precisando estar à guarda de um homem, não obstante, também lhe é entregue a responsabilidade sobre os cuidados, sejam domésticos ou familiares. Para os homens, o patriarcado lhe impõe poder, lhe impõe virilidade, impõe a liderança, então a ele cabe a atividade remunerada, fora da residência e longe das guarnições familiares. Nisso podemos compreender a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2012)³, compreendido nas esferas reprodutiva e produtiva, como nos exemplos anteriores, respectivamente.

Essa divisão sexual do trabalho é fundamental para a compreensão do trabalho doméstico e de cuidados. O trabalho doméstico, realizado principalmente pelas mulheres, é muitas vezes invisibilizado e desvalorizado na lógica do capitalismo. Ele não é considerado como uma forma de trabalho produtivo e remunerado, apesar de ser essencial para a reprodução da força de trabalho e para o funcionamento da sociedade como um todo.

Além do trabalho doméstico, o trabalho de cuidados também é central para a sustentação do sistema social. O cuidado de crianças, idosos, pessoas com deficiência e doentes desempenha um papel fundamental na reprodução da força de trabalho e no bem-estar das pessoas. No entanto, esse trabalho é frequentemente subvalorizado e não remunerado. A desigualdade de gênero se reflete na distribuição desigual do trabalho de cuidados, que recai principalmente sobre

³ Compreende-se o trabalho produtivo e reprodutivo como parte de um mesmo processo pelo qual mesmo que exista a hierarquização de um sobre o outro, ainda serão parte de um mesmo processo de reprodução humana, pelo qual expressa a necessidade e incapacidade de um exista sem a existência do outro (KERGOAT, 2012).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

as mulheres, limitando suas oportunidades de educação e participação no mercado de trabalho. Conforme isto,

O trabalho doméstico e de cuidados, como “processo de trabalho”, é a mediação essencial para prover as duas dimensões da reprodução da força de trabalho identificadas por Marx: sua manutenção em termos de “reposição diária e a “formação de sua natureza específica” que, por sua vez, implicam um conjunto de atividades relacionadas à dimensão material, psíquica e emocional que foram assumindo cada vez mais complexidade sob as transformações sociais e culturais concernentes ao desenvolvimento patriarcal-capitalista (FERREIRA, 2017, p. 93).

Cabe fomentar que o racismo, expressão de opressão que subjuga indivíduos negros conforme a crença de raça dominante, por vieses históricos que ainda predominam na atualidade, é permanente na discussão sobre mulheres e o trabalho de cuidados, pois as mulheres negras ocupam um espaço de desvalorização ainda mais profundo que os outros grupos de mulheres e quanto ao seguimento trabalho, a precarização de sua atividades e a indisponibilidade de remuneração, sempre lhe foram presentes e até então, historicamente pouco se vê avanços. No contexto brasileiro,

Independentemente do termo que se usa, há que se constatar que as pessoas negras continuam sendo as que vivem em situação de maior pobreza, em especial as mulheres negras. [...] Sentido-se negras ou não, as pessoas de ascendência africana são discriminadas social, política e economicamente no Brasil e, quanto mais escura for a pele, maior é o seu infortúnio (SILVA, 2017, p. 32).

Nesse contexto, a política social desempenha um papel importante na mitigação das desigualdades e na promoção da igualdade de gênero. A assistência estudantil é um conceito que se relaciona com a política social voltada para garantir o acesso e a permanência de estudantes em instituições de ensino superior. Assim como busca combater as desigualdades sociais e promover a igualdade de gênero no âmbito acadêmico. Ela reconhece que as mulheres enfrentam barreiras específicas, decorrentes da divisão sexual do trabalho e das desigualdades estruturais presentes na sociedade. A assistência estudantil pode desempenhar um papel importante na superação das barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho, ao oferecer apoio financeiro e infraestrutura adequada, como creches e serviços de cuidado, contribuindo assim para reduzir a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados que recai sobre as mulheres. Isso permite que elas tenham mais tempo e energia para se dedicar aos estudos, ampliando suas oportunidades de formação acadêmica e acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho. Cabe melhor elaboração no próximo tópico, junto aos apontamentos presentes no âmbito do curso de Serviço Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL COMO LÓCUS DE ANÁLISE

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 171/172).

Pensando a partir da colocação de Iamamoto e Carvalho (2008), refletimos que ao adensamento da pesquisa em que estamos propondo caberia trazer o curso de Serviço Social como lócus de análise, pelo motivo de que o curso nos oferece um conjunto de diversas áreas de investigação - sobretudo o da “feminização”⁴ e consubstancialidade entre os fatores gênero, raça e classe -, que abarcam a temática e ainda oferecem aproximação aos meios metodológicos escolhidos como fundamentais para o seguimento da pesquisa. Há ainda a justificação da proximidade com o tema e curso devido a nossa formação e inserção tanto no Serviço Social como na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O Serviço Social como lócus de análise, nasce da realidade de que é um campo de estudos que nos fornece indagações que fortalecem a pesquisa, por ser um curso que 1) é majoritariamente composto pelo público feminino; 2) por razão do primeiro motivo, disponibiliza de diversas realidades de vida dessas mulheres estudantes, como por exemplo, a presença do trabalho de cuidados no ambiente acadêmico; 3) é um curso crítico e que debate sobre a questão de gênero, raça, classe, geração e outras tantas variáveis pertinentes à execução da pesquisa; e 4) implicitamente apresenta a indagação sobre o porquê a sociedade enxerga o Serviço Social como curso e profissão de mulheres.

⁴ De acordo com Yannoulas (2011), a feminização pode ser entendida em dois níveis principais: quantitativo e qualitativo. No nível quantitativo, refere-se ao aumento do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho ou em profissões específicas que anteriormente eram predominantemente masculinas. Esse fenômeno é observado em várias áreas, desde o setor de serviços até profissões técnicas e científicas. No entanto, a autora enfatiza que a feminização não se restringe ao aspecto numérico. No nível qualitativo, envolve a transformação dos valores, práticas e normas associadas ao trabalho. A feminização qualitativa está ligada à incorporação de características e competências tradicionalmente atribuídas às mulheres, como a empatia, a comunicação e o cuidado, que passam a ser valorizadas em diversos contextos profissionais.

Carrilho (2016) trata a feminização como um processo que envolve tanto a inclusão de mulheres quanto a reconfiguração das dinâmicas de gênero e de poder. Porém, essa inclusão é frequentemente acompanhada por desafios significativos e uma persistente negação da importância das mulheres, refletindo as resistências culturais e estruturais à plena aceitação e valorização da contribuição feminina. Ou seja, a feminização é um lugar de ambivalência, é positiva ao ser um processo de inserção das mulheres em diversos ambientes de trabalho, mas ao mesmo tempo carrega o desalento de que ao se inserir mulheres e “feminizar” o espaço, a desvalorização, sucateamento e aspectos de negação de importância acabam também sendo incorporados. O que chama atenção para a realidade do Serviço Social, que por ser uma profissão majoritariamente feminina, é lida socialmente como uma profissão de baixo nível de reconhecimento, é sucateada e é sujeita à pormenorização de sua importância enquanto curso de ensino superior e profissão.

Observamos que o público do curso de graduação em Serviço Social para além de ser de maioria feminina, é também composta predominantemente de mulheres da classe trabalhadora, com isso, abordaremos um pouco sobre a busca por tal curso. Não é uma surpresa para a categoria que o Serviço Social é uma profissão de pouco reconhecimento, seja de sua atividade prática, seja de sua remuneração, ou até mesmo seja uma profissão cobiçada pela sociedade como um todo, como é pelas mulheres. E isso se dá pela construção da profissão que já se origina com o espectro do cuidado, da docilidade e do acolhimento (CISNE, 2012, p.47). Sendo o Serviço Social uma profissão que servia ao estado com o objetivo de controle social e econômico, as profissionais que correspondiam aos papéis apreendidos como femininos serviam a fim de se ter uma melhor recepção e ainda contribuir “para se alcançar os objetivos de uma profissão que surgiu da necessidade do capital de controlar os conflitos sociais” (JESUS e ARANHA, 2018, p.8).

Não obstante, essas mulheres não podia ser “qualquer” pessoa da sociedade, pois para além do perfil abordado anteriormente, havia uma outra crença de que apenas seriam mulheres dóceis, aquelas que comportassem também os ensinamentos da Igreja Católica e que fossem de origem burguesa, assim teriam classe, etiqueta e teriam consigo características como a delicadeza e leveza, o que se julgava necessário para a abordagem com os trabalhadores e público de políticas assistenciais da época em que a profissão se originou. Com o passar do tempo a ideia de classe econômica mais ou menos pertinente para o exercício da profissão se enfraqueceu, tornando oportuna a presença de mulheres menos abastadas - assim, a incorporação de mulheres negras -, no curso e profissão, no entanto, as características relacionadas ao entendimento de feminilidade, trabalho de mulher e o aprofundamento da divisão sexual do trabalho, ainda são presentes.

Segundo Mirla Cisne (2004), a “feminização” que há na história da profissão, pressupõe encargos que reproduzem a ideia de que assistentes sociais são pessoas que praticam caridade, filantropia, são pessoas sensíveis e que perpetuam atividades religiosas e por isso a imagem melhor associada ao curso e profissão é a da mulher. Ao pensarmos no contexto atual, essa ideia já deveria ter sido combatida, já que hoje essas questões são amplamente criticadas e a formação acadêmica é muito mais aprofundada e de cunho científico do que se era anos atrás. No entanto, a sociedade ainda enxerga o Serviço Social como um lugar de preparação para formação de pessoas que “ajudam” outras pessoas e aqui caímos no campo do trabalho de cuidados e na perseguição de mulheres para compor esses espaços. Nas palavras de Mirla Cisne (2004, p. 169),

[...] o Serviço Social, com sua marca histórica de “feminização”, carrega a desvalorização e a subordinação de uma profissão exercida por mulheres devido à desigualdade estrutural de gênero. [...] Sendo predominantemente feminino, o Serviço Social, como todas as demais profissões tidas como “femininas”, “para mulheres”, carrega um estatuto de subalternidade conferido historicamente pelas relações desiguais estabelecidas na sociedade.

Cisne nas obras de 2004, 2007 e 2012 destaca que a “feminização” do Serviço Social não se restringe ao aumento do número de mulheres na profissão, mas também à maneira como essa profissão é percebida e valorizada socialmente. Profissões feminizadas, como o Serviço Social, frequentemente enfrentam desvalorização salarial e profissional, em parte porque estão associadas às características culturalmente atribuídas ao feminino, como a dedicação, o altruísmo e o cuidado, que são tradicionalmente subvalorizadas em uma sociedade patriarcal e capitalista.

Além disso, a autora aponta que a “feminização” do Serviço Social implica em desafios específicos para as profissionais, que muitas vezes enfrentam uma dupla jornada, equilibrando trabalho e responsabilidades domésticas. Como dissemos ao iniciar essa produção, também as mulheres que ocupam o ensino superior têm que arcar com algumas circunstâncias, todas elas ligadas à esfera do trabalho reprodutivo, ou seja, ao passo que estarão ocupando um lugar de estudos, enfrentarão também as preocupações com o cuidado de familiares, filhos, entre outros. Muitas, principalmente por ocuparem espaço na classe trabalhadora, precisarão para além da esfera reprodutiva, comparecer em espaços de atividades laborativas externas ao ambiente doméstico e com isso passando por um processo de dupla exploração capitalista.

Desse modo, as alunas do curso começam a identificar essas questões cedo e por se tratar de ser um curso que tem debate crítico sobre a sociedade vigente, é também aparente uma certa solidariedade entre discentes e docentes quanto às dificuldades vivenciadas. Seja a aluna que é ou se torna mãe durante o período de execução do curso, seja aquela que precisa de recursos para auxílio em sua casa e com sua família. Ainda que não seja o suficiente, é costumeiro que a medida em que se reflete sobre as desigualdades enfrentadas, ainda haja a coletividade de pensamentos e ações que tentam desarmar obstáculos para a permanência das demais mulheres no ambiente acadêmico.

E por isso, discutiremos no próximo tópico sobre a política educacional e a assistência estudantil na particularidade da UFRN, trazendo neste projeto de pesquisa em andamento, a disposição de dados publicados nas páginas da instituição frente ao que se é destinado pela Política Nacional de Assistência Estudantil.

4 POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA PARTICULARIDADE DA UFRN

É importante deixar explícito que o foco da produção é passar por esses pontos, mas com a problemática principal de como as atividades de cuidado podem influenciar positivamente ou negativamente para a inserção e permanência estudantil das alunas do ensino superior. Neste sentido, tendo a divisão sexual do trabalho bem esclarecida conforme referencial teórico adequado para resgate de que a destinação do cuidado para as mulheres, nada mais é do que construção social, nisso fazendo necessário o controle sobre a importância de se entender como o sistema de produção capitalista interfere nas nossas relações e como a partir dele o patriarcado e o racismo imperam do nosso dia a dia.

Nesse espaço é onde encaixamos a abertura para debate sobre política social, política educacional e assistência estudantil, haja vista que essa seara permite a ampliação do número de ingressantes no ensino superior e principalmente, permite que existam meios de permanência para essas pessoas. O viés da pesquisa, portanto, é discutir sobre como o sistema capitalista-patriarcal-racista interfere na inserção e permanência estudantil das mulheres na UFRN - tendo em vista que esse grupo social leva consigo a responsabilidade sobre as atividades domésticas e de cuidado -, e onde as políticas sociais começam a abrir espaço para que as discentes consigam obter meios para o aproveitamento e conclusão de seus cursos de graduação e outros graus.

Quanto a abordagem sobre a política educacional e assistência estudantil empregues na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, será mencionado e explorados dados sobre a articulação das vagas frente ao número de cursos e discentes matriculados na instituição. Desde já, a PROAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), estabelece como público

O estudante regularmente matriculado em disciplinas de curso presencial de Graduação [alunos prioritários] identificado em situação de vulnerabilidade socioeconômica pela equipe da CAPAP (Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência). Destaca-se que o estudante da Pós-graduação pode participar dos programas de moradia e alimentação. (PROAE, Disponível em <https://proae.ufrn.br>. Acesso em 05 de Junho, de 2023).

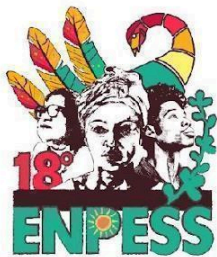
E,

[..] disponibiliza aos estudantes da UFRN, especialmente àqueles em vulnerabilidade socioeconômica, bolsas e auxílios de diferentes naturezas, 17 tais como: bolsa moradia, auxílio moradia em espécie, bolsa alimentação, auxílio alimentação em espécie, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio óculos, bolsa atleta, bolsas de apoio técnico, serviços de assistência social, de apoio pedagógico, de apoio psicológico, de assistência à saúde, além de apoio para participação em eventos científicos, culturais, esportivos e políticos. (PROAE, Disponível em <https://proae.ufrn.br>. Acesso em 05 de Junho, de 2023).

É importante retratar sobre as disposições nacionais frente a Política Nacional de Assistência Estudantil e a trajetória enfrentada na UFRN e em grupos responsáveis pelo exercício da política, garantindo ou não o que se é objetificado no entorno da problemática, que busca fornecer suporte e recursos aos estudantes, visando garantir condições adequadas para que possam se dedicar aos estudos, incluindo auxílio financeiro, bolsas de estudo, acesso a moradia, alimentação, transporte, entre outros benefícios. E ainda reconhecer que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam maiores dificuldades para permanecerem no ensino superior, e buscar minimizar essas desigualdades por meio de políticas específicas.

Em consonância a essas questões, tem-se que também ser abordado sobre o descaso estatal, que por sua vez é um grande fornecedor de implicações para segurança e bom desenvolvimento da política, quando em alguns governos a exemplo do Governo Temer e Bolsonaro, atribuem ideais neoliberais, conservadores, em defesa do menor intervencionismo do Estado e também sob a valorização do setor privado, o que faz regredir toda uma rede de conquistas e avanços sociais. Ou seja, torna presente uma quebra temporal para os movimentos sociais e lutas por direitos do povo. Não seria diferente com a assistência estudantil e muito menos com os direitos das mulheres. Faz-se necessário abordar, que apesar de não ser um governo que engloba na lógica de caça sistemática e cerceamento das liberdades individuais, como o governo Bolsonaro foi, o governo Lula se atém ao prosseguimento das políticas neoliberais, não atuando de forma abrangente e que supra as necessidades específicas da população.

Durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, houve algumas alterações na política de assistência estudantil, especialmente no contexto das universidades públicas federais no Brasil, porém, essas medidas começaram a acontecer antes, no Governo Temer. Uma das medidas implementadas foi a Emenda Constitucional número 95, aprovada em 2016, que estabeleceu o teto de gastos públicos, limitando o crescimento das despesas do governo por 20 anos. “Com a Emenda Constitucional número 95/2016 (EC 95), a partir de 2017 os gastos primários da educação, assim como as demais políticas sociais, foram congelados, atualizando-se apenas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior” (SOUZA e ROCHA, 2023). Essa medida teve impacto direto nos recursos destinados à assistência estudantil, uma vez que o orçamento para essa área ficou limitado, dificultando a ampliação e o fortalecimento dessas políticas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A partir do ano de 2019 esse cenário adquire novas características que para nós se tornou, ao longo dos anos, cada vez mais alarmante, haja vista seu quadro de retrocesso civilizatório. Com a ascensão da extrema-direita através da eleição do então presidente Jair Messias Bolsonaro, as políticas sociais passaram a (sobre)viver em constante ameaça. Durante seu governo foram realizados inúmeros ataques aos direitos sociais básicos e às políticas sociais. Seu discurso conservador, de cunho antidemocrático, buscou intercorrências estruturais que assegurassem a efetivação plena das contrarreformas infligidas pela grande burguesia. Não bastava, agora, manter um programa de duplo viés como havia sido durante os governos petistas – seu objetivo era claro e conciso com sua agenda: destruir o que a duras penas vinha se construindo desde a reabertura democrática (SOUZA e ROCHA, 2023).

Além disso, a assistência estudantil também pode promover a igualdade de gênero no ensino superior ao combater estereótipos e preconceitos de gênero, proporcionando um ambiente inclusivo e seguro para as estudantes. Isso inclui a implementação de políticas de combate ao assédio sexual, a promoção de espaços de diálogo e reflexão sobre questões de gênero, e a criação de programas de mentoria e apoio emocional. Não abordadas nessas conjunturas, haja vista que a política abordada nesses anos, obtinha medidas e posicionamentos alinhados a uma perspectiva conservadora e religiosa, com ênfase na valorização da família tradicional e na defesa de valores morais conservadores. Fortalecendo a desigualdade de gênero e a perpetuação de estereótipos e papéis de gênero tradicionais, limitando a autonomia e os direitos das mulheres.

No entanto, é importante ressaltar que a assistência estudantil, por si só, não é suficiente para eliminar as desigualdades de gênero no ensino superior, sobretudo no espaço-tempo a que se passou o período de pandemia de Covid-19, onde as mulheres foram “isoladas” ao espaço doméstico e precarizadas quanto a jornada contínua, levando em conta atividades de trabalho também remunerado e acadêmico. Tal política deve ser acompanhada por outras mais amplas que abordam as estruturas de opressão, como o patriarcado e o racismo. Isso implica na implementação de ações afirmativas, políticas de inclusão e equidade, e na promoção de mudanças estruturais que garantam igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de seu gênero, raça ou classe social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta produção, estamos considerando aspectos sociopolíticos e econômicos que julgam questionar a permanência das mulheres na universidade, cujo enfrentam diversos obstáculos originados na sociedade patriarcal que dita as tarefas bem vindas para as mulheres e homens e direcionam ainda, valorização ou desvalorização para esses espaços e os supostos deveres dessas alunas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A universalidade não sendo um espaço a parte da sociedade, também sofre consequências de um sistema capitalista-patriarcal-racista e com isso as alunas, também carregam consigo as desavenças de uma luta por formação acadêmica ao mesmo tempo em que são lastreadas pelo trabalho de cuidado, vocação defendida pelo patriarcado que sobrecarrega e dificulta a rotina e permanência dessas mulheres no ambiente acadêmico. Lidam nesse espaço com as produções acadêmicas, tempo de estudo, pesquisa, assiduidade e ainda com o contínuo rebatimento a um sistema que proporciona desigualdades não só de gênero, como também de raça e classe.

Para a demanda particular do curso de Serviço Social, cabe a nós trazeremos a realidade do curso, no que se baseia o público, a sua história e enfrentamentos profissionais. Refletimos com esse cenário que se já temos dificuldades a enfrentar no campo da inserção e permanência dessas mulheres no ensino superior, a questão apresentada como objeto de estudo apenas tem a se aprofundar negativamente em lugares de estudo que carregam consigo o estigma da “feminização”.

Para além disso, não poderíamos discutir a permanência estudantil optando por deixar de lado a política responsável por esse eixo, cujo ainda se mostra socialmente incapaz de eficácia para o enfrentamento de desigualdades e para o rompimento de propagação machista no ambiente acadêmico. Isto é, refletimos a política de permanência estudantil diante dos últimos cenários de conjuntura governamental do país - de Bolsonaro, nos anos de 2019 a 2022 e governo Lula em sua reintrodução no ano de 2023 -, e suas influências, que demonstram o interesse pelo mantimento da expansão capitalista, e para que que essa expansão exista, consideramos afirmar que as desigualdades de gênero e raça também continuarão existindo e sendo cada vez mais expostas.

Portanto, nossas considerações são atreladas à possibilidade de compreensão dos problemas apresentados para discussão. Tratar sobre o trabalho de cuidados e da impermanência estudantil é questionar a responsabilidade estatal por políticas eficientes e eficazes para as mulheres e para a educação; é questionar os valores e costumes de uma sociedade que perpetua ações que desvalorizam as mulheres; é visar ampliar a compreensão de que apesar de se inserir em um ambiente científico, as mulheres carregam o peso da jornada de trabalho contínuo, são usadas pelo capitalismo a manter a reprodução social e de nada são vistas como pessoas de igual importância com os homens; é também construir um olhar de consubstancialidade, pois o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

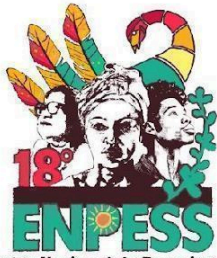
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tema aqui proposto é infinitamente indiscutível a partir das separação de fatores social, assim só obtendo resultados mediante o nó reflexivo sobre gênero, raça e classe.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. e174090, 2018.
- CAMURÇA, Sílvia. Nós mulheres e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, v. 1, n. 0, p. 12-23, 2007.
- CARRILHO, Anabelle. Mulheres invisíveis, mas necessárias: a negação da Feminização no trabalho da mineração. Tese (Doutorado em Política Social)-UNB, Brasília, 2016.
- CISNE, Mirla; DOS SANTOS, Silvana Mara Morais. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. Cortez Editora, 2018.
- CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. *Outras expressões*, 2012.
- _____. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- _____. A "Feminização" da Assistência Social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. Anais... São Luís, 28 a 30 de agosto 2007.
- DE JESUS, Daniella Silva dos Santos; ARANHA, MARIA LÚCIA MACHADO. "REPARANDO" A FALTA: UMA ANÁLISE SOBRE A HISTÓRICA "FEMINIZAÇÃO" DO SERVIÇO SOCIAL. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 1, n. 1, 2018.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERREIRA, Verônica Maria. Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências. 2017. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- KERGOAT, Danièle. In. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.(Org.) HIRATA Helena; LABORIE Françoise; DOARÈ, Le Héléne; SENOTIER. *Dicionário Crítico do Feminismo*. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Brasil. Esboço de uma interpretação histórico metodológica. 24. ed. São Paulo:

Cortez; CELATS, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html#subtitulo-1>

PEREIRA, SANDRA DE OLIVEIRA GOMES; NUNES, JURAILDES BARREIRA. A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas de permanência das Universidades Federais brasileiras. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

PROAE. Apresentação. Disponível em: https://proae.ufrn.br/pagina.php?a=s_apresentacao. Acesso em: 05 de Junho, de 2023.

PROAE. Quem tem acesso aos programas? Disponível em: https://proae.ufrn.br/pagina.php?a=a_quem_direito. Acesso em: 05 de Junho, de 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Emprego Doméstico e Capitalismo. Rio de Janeiro: Avenir. Editora Limitada, 1979.

SILVA, Carmen. Raízes da Desigualdade. Cadernos de Crítica Feminista, v. 1, n. 0, p. 26-37, 2007

SOUZA, Adna Raquel; ROCHA, Maria Augusta. Autocracia burguesa, EC 95 e o (des)financiamento do ensino superior público brasileiro. Revista Serviço Social em Debate, v. 6, n. 1, 2023, p. 3-22.

VAZ, Daniela Verzola. Segregação hierárquica de gênero no setor público brasileiro. 2010.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização?: apontamentos em torno de uma categoria. Temporalis, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.